

Nota Explicativa

Este documento contém uma proposta de redação de uma Nota de Privacidade sobre o tratamento de dados pessoais dos candidatos a empregos, prestações de serviços ou bolsas junto da Universidade Nova de Lisboa. Esta Política resulta de uma obrigação dos artigos 13.º e 14.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (“RGPD”), sobre a informação a prestar aos titulares de dados pessoais.

NOTA DE PRIVACIDADE – RECRUTAMENTO UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

SUMÁRIO

A Universidade Nova de Lisboa (“UNL”), enquanto instituição de ensino superior pública, tem por missão servir a sociedade a nível local, regional e global pelo avanço e disseminação do conhecimento. Para a prossecução deste fim, é fundamental a existência de uma relação de confiança entre a UNL e a sua comunidade.

Assim, para reforçar essa relação de confiança, esta nota de privacidade descreve o modo como a UNL trata dados pessoais face às exigências de transparência e de informação do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (“RGPD”).

ÂMBITO

Esta nota de privacidade é aplicável ao tratamento de dados pessoais dos candidatos a empregos, prestações de serviços ou bolsas junto da UNL. Caso se formalize o seu vínculo com a UNL, passa a ser aplicável a nota de privacidade para Docentes e Colaboradores.

QUEM SOMOS?

Os dados pessoais serão tratados pela UNL, pessoa coletiva n.º 501559094, com sede no Campus de Campolide, 1099-085 Lisboa, número de telefone +(351) 213715600.

A UNL é responsável pelo tratamento de dados pessoais que realiza no sentido em que tais expressões são definidas e usadas no RGPD.

QUE DADOS PESSOAIS TRATAMOS?

De modo a respeitar o princípio da minimização dos dados, a UNL recolhe e trata os dados pessoais estritamente necessários para a prossecução da sua Missão. No âmbito desta nota de privacidade, a UNL irá tratar os seguintes dados pessoais:

- Dados de identificação pessoal: nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, sexo, estado civil, número do documento de identificação;
- Dados de contacto: morada, endereço(s) de correio eletrónico, contacto(s) telefónico(s);
- Histórico educativo e/ou profissional: habilitações académicas, situação profissional, qualquer informação adicional partilhada nos currículos disponibilizados.

Os dados pessoais poderão ser igualmente recolhidos em conjunto com outras entidades ou parceiros que colaboram com a UNL na prossecução das suas missões e atribuições. Tal poderá ocorrer no quadro de projetos que poderão implicar o desenho e aprovação de políticas e notas de privacidade específicas para os mesmos.

QUAL É A CONDIÇÃO DE LICITUDE DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS?

Sempre que, efetivamente, for necessário proceder a um tratamento de dados pessoais, a UNL recorrerá a pelo menos uma das seguintes condições de licitude:

- cumprimento de obrigações jurídicas aplicáveis;
- execução de um contrato ou de diligências pré-contratuais a ele associadas;
- interesse legítimo que o justifique, antecedido de um juízo de ponderação do impacto do tratamento no titular dos dados;
- interesse público ou exercício de funções de autoridade pública.

Quando nenhuma das condições de licitude acima mencionadas for apta a suportar a operação de tratamento, a UNL recorrerá ao consentimento do titular dos dados pessoais.

QUAIS SÃO AS FINALIDADES DOS TRATAMENTOS DE DADOS PESSOAIS REALIZADOS PELA UNL?

Os dados pessoais dos candidatos a empregos, prestações de serviços ou bolsas junto da UNL são tratados para iniciar, celebrar, executar e rescindir o seu vínculo com a UNL.

A UNL apenas tratará dados pessoais para as finalidades para as quais estes foram recolhidos, exceto quando considere que aqueles são necessários para outra finalidade, essa finalidade for compatível com a sua finalidade original, especialmente para fins de investigação científica ou histórica, ou para fins estatísticos, e sejam cumpridos os restantes requisitos impostos por Lei para a reutilização de dados.

A QUEM TRANSMITIMOS OS DADOS PESSOAIS?

A UNL poderá transmitir dados pessoais para uma ou várias entidades. Sempre que tal acontecer, a UNL diligenciará no sentido de verificar o grau de cumprimento dessas entidades da legislação de proteção de dados pessoais.

Entre essas entidades encontram-se:

- organismos da Administração Pública (como, por exemplo, o Ministério da Educação, a Autoridade Tributária e Aduaneira, a Autoridade para as Condições do Trabalho, a Segurança Social, entre outros);
- outras instituições ou pessoas singulares sempre que para tal o titular dos dados dê o seu consentimento ou haja um interesse público ou legítimo para a transmissão.

DURANTE QUANTO TEMPO CONSERVAMOS OS DADOS PESSOAIS?

De modo a garantir a conservação dos dados pessoais apenas pelo período de tempo necessário, a UNL fixa prazos para o apagamento ou anonimização ou para a revisão periódica. Em determinados casos a conservação dos seus dados poderá ocorrer por períodos mais longos, nomeadamente quando a Lei assim o impuser ou para fins de investigação científica ou histórica ou para fins estatísticos.

Os prazos de conservação dos dados pessoais encontram-se previstos na tabela de conservação e eliminação dos registos físicos, constante do plano de conservação e tabela de seleção adotados pela UNL em linha com a Classificação e Avaliação da Informação Pública (CLAV).

QUE MEDIDAS DE SEGURANÇA FORAM ADOTADAS PARA PROTEGER OS DADOS PESSOAIS OBJETO DE TRATAMENTO?

A segurança da informação e a proteção de dados pessoais são prioridades para a UNL. Por esse motivo a UNL implementou e mantém um conjunto de medidas técnicas e organizativas que, tendo em conta as técnicas mais avançadas, os custos de aplicação, a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades de cada tratamento de dados pessoais, permitam mitigar os riscos para o titular dos dados pessoais e prevenir a ocorrência de violações de dados pessoais e de incidentes de segurança em geral.

Em particular, destacam-se, entre outras, as seguintes medidas:

- Desenvolvimento dos esforços necessários para assegurar que as entidades terceiras que colaboram com a UNL garantem uma proteção adequada dos dados pessoais a que tenham acesso;
- Limitação do acesso a dados pessoais a funcionários específicos, e apenas quando o seu contacto com tais dados pessoais se justifica, no âmbito das suas funções;
- Armazenamento de todos os dados pessoais tratados pela UNL em servidores que oferecem garantias de segurança, nomeadamente cifragem, controlo de acessos e realização de backups;
- Sujeição dos sistemas e políticas de segurança a análises periódicas de forma a garantir que os dados estão seguros e protegidos;
- Monitorização das infraestruturas tecnológicas da UNL tendo em vista a prevenção e deteção de irregularidades na utilização das mesmas.

OS DADOS PESSOAIS SÃO TRANSFERIDOS PARA FORA DA UNIÃO EUROPEIA OU PARA UMA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL?

Em regra, não. Porém, se for necessário, por exemplo no quadro de protocolos e outros programas celebrados com instituições fora da União Europeia, proceder à transferência de dados pessoais dos candidatos, a UNL verificará o grau de maturidade do destinatário e adotará as garantias adequadas, contratuais ou de outra natureza, para mitigar os riscos da transferência dos seus dados pessoais.

QUAIS SÃO OS DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS?

O titular dos dados pessoais poderá, em qualquer momento, exercer os seus direitos, nomeadamente, o pedido de informações adicionais quanto ao tratamento dos seus dados, a retificação dos mesmos, bem como, dentro de certos limites, o apagamento dos seus dados, a

revogação do consentimento dado ou a oposição ao tratamento dos seus dados, entre outros, através do endereço de email nova.rgpd@unl.pt ou através de carta para o endereço postal Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, Campus de Campolide, 1099-085 Lisboa. Pode, também, contactar o Encarregado da Proteção de Dados da UNL em dpo@unl.pt.

O titular dos dados pessoais deve ter presente que, em certos casos (por exemplo, devido a requisitos legais), o seu pedido poderá não ser satisfeito. De qualquer modo, este será informado das medidas tomadas nesse sentido, no prazo de um mês a partir do momento em que o pedido for efetuado.

O titular dos dados pessoais tem ainda o direito de apresentar uma reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados em <https://www.cnpd.pt/>.

Esta página deve ser consultada regularmente pelos titulares dos dados, uma vez que a presente nota de privacidade poderá vir a ser atualizada.

Versão | Data da última atualização | Responsável